

GONÇALVES, Thaís; BARBALHO, Alexandre Almeida. 'Micropolítica dançarina: Um modo de pensar arte, cultura e políticas sociais'. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30: pp. 390-404, dezembro de 2011. ISSN 1676-8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

---

# Micropolítica Dançarina

## Um modo de pensar arte, cultura e políticas culturais

*Thaís Gonçalves*  
*Alexandre Almeida Barbalho*

**Resumo:** Os termos arte e cultura apresentam-se, com certa frequência, como se constituíssem evidências inquestionáveis. No entanto, como podemos pensar numa política cultural sem que se questione as noções de cultura e de arte implicadas em programas, projetos e políticas? Este texto traz como linha de discussão uma possível diferenciação entre arte e cultura para interrogar: o que seria uma política cultural destinada às artes? O que seria uma política artística? O que pode uma política cultural? Questões levantadas a partir do pensamento de George Yúdice e Teixeira Coelho. O objetivo não é encontrar respostas fixas e imutáveis e sim propor o que denominamos de *micropolítica dançarina*, a partir de um conceito do pensador francês Félix Guattari. **Palavras-chave:** Cultura; Arte; Micropolítica Dançarina.

Arte e cultura são termos que frequentemente aparecem juntos em discursos sobre responsabilidade social e cultural, leis de incentivos fiscais, em projetos e programas governamentais. No Brasil, o órgão federal que trata de políticas para a arte e para a cultura é o Ministério da Cultura (MinC), não havendo um Ministério das Artes, o mesmo se repetindo nas instâncias estaduais e municipais, com as secretarias dedicadas aos setores artísticos e culturais. E não parece estranho que, ao tratar de políticas culturais, a arte esteja diluída numa noção mais global de cultura, a qual funcionaria como uma idéia guarda-chuva.

No entanto, há sutilezas que diferenciam o que se pode entender por cultura e por arte quando nos colocamos a indagar: o que seria uma política cultural destinada às artes? O que seria uma política artística? E mais: o que pode uma política cultural? Ao pensarmos, ainda, na estreita relação entre arte, cultura e projetos e programas sociais, essas questões parecem adquirir maior complexidade, dado o elevado número de iniciativas ditas sociais que se utilizam da arte e da cultura como ferramentas de combate à injustiça social.

Com o objetivo de elaborar um novo modo de pensar as relações entre arte e cultura, bem como a compreensão do que vem a ser uma política cultural, este texto traça uma linha de discussão acerca dessas noções para propor uma política possível a partir de ações cotidianas; da ordem do vivido; de micropolíticas que se fazem sem a adoção de receitas, mas por experimentação; por processos nos quais não se conhece o fim; que se fazem em ato e produzem, por isso, atos de resistência; microprocessos revolucionários a mudarem percepções de mundo e singularidades ao invés de modelizações; invenção em detrimento de estabilidade. Um modo de agir no mundo que, acreditamos, se aproxima do entendimento de arte como criação, como forma de

pensamento, tal como compreendem os pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997).

Para os referidos autores, a arte se produz a partir de um mergulho no caos, de onde emerge uma nova ordenação, alterando ritmos, promovendo um corte no fluxo de uma trajetória provável, para abrir os sentidos em uma infinidade de possíveis. Um modo de perceber as ações no mundo já marcadas de política, no que diz respeito à configuração de um estilo de vida, de uma ética, de uma estética, da existência como uma obra-de-arte. Tal configuração nos leva à idéia que aqui propomos como *micropolítica dançarina*, a dar os contornos de coreografias da política cultural, sempre numa relação diferencial com as linhas que as compõe.

### **Sujeição econômica e sujeição subjetiva**

Para começar a mover as noções de arte e cultura, que parecem já dadas, como se constituíssem evidências inquestionáveis, podemos nos deter um pouco em George Yúdice. Para ele a arte “se dobrou inteiramente a um conceito expandido de cultura [...]. Seu objetivo é auxiliar na redução das despesas e, ao mesmo tempo, ajudar a manter o nível de intervenção estatal para a estabilidade do capitalismo” (Yúdice, 2004, p. 28). O autor nos provoca, assim, a pensar no modo utilitarista com que cultura e arte vem sendo tratadas em relação às políticas culturais e sociais, nas últimas décadas, com a expansão do neo-liberalismo, quando o Estado se retira do papel de provedor de ações, políticas e programas governamentais no setor social.

Segundo Yúdice (2004), vêm dos setores culturais e artísticos americanos, de meados das décadas de 1980 e 1990, os argumentos de que arte e cultura melhoram a educação, abrandam rixas sociais, criam empregos, diminuem a criminalidade e, eventualmente, dão algum lucro. Tal modo de se apropriar da arte e da cultura influenciou que, no Brasil, se desenvolvessem mecanismos

de incentivos fiscais, a exemplo da Lei Rouanet, em que as empresas privadas e estatais ficam liberadas de pagar impostos, quando estes são revertidos em iniciativas da chamada responsabilidade social, ou seja, projetos sociais nos quais têm sido presença constante a inclusão de atividades culturais e artísticas. Resultado: as empresas estão decidindo para onde deve ir o recurso do Estado e os artistas estão gerenciando o social e assumindo ainda as funções de educadores, ativistas e colaboradores, habilidades que nem sempre estão presentes na formação profissional das pessoas que estão à frente de tais iniciativas – organizações não-governamentais (Ongs), associações, enfim, entidades sem fins lucrativos.

O discurso de defesa de tais projetos junto às fontes financiadoras passa, constantemente, pela mensuração em números relativos à quantidade de pessoas atendidas ao longo da ação, quantas conseguiram colocação no mercado de trabalho, quantos deixaram de fazer uso de drogas, quantos seguiram estudo na escola formal, entre outros critérios estatísticos e não qualitativos. Não por acaso, Teixeira Coelho (2008) e Yúdice (2004) trazem à tona termos como *domesticação da cultura* e *culturalização da economia* e da noção de cultura como *recurso*, respectivamente.

Preocupação que, a nosso entender, se aproxima da inquietação de Guattari (2005), quando ele diz que enquanto a economia se ocupa da sujeição econômica, a cultura faz o papel da sujeição subjetiva. Para o autor, a cultura é a “maneira de as elites capitalísticas<sup>1</sup>” exporem o

---

<sup>1</sup> A lógica *capitalística* de que trata Guattari não é sinônimo de sistema capitalista. O conceito foi criado pelo pensador para demarcar uma lógica presente em toda e qualquer economia que funcione com uma mesma política do desejo no campo social, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro, não se limitando apenas no registro dos

“mercado geral de poder”, sendo, por isso, fundamental questionar de que modo é possível “proclamar um direito à singularidade” sem confiná-la a um novo tipo de etnia, à modelizações que se configuram como territórios de controle da subjetivação:

Como fazer com que a música, a dança, a criação e todas as formas de sensibilidade, pertençam de pleno direito ao conjunto dos componentes sociais? (...) Como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma sensibilidade estética, pela mudança de vida num **plano mais cotidiano** e, ao mesmo tempo, pelas transformações sociais em nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais? (Guattari; Rolnik, 2005, p. 29-30 – grifos nossos).

### **Arte e cultura: conjunções e disjunções**

Para pensarmos em uma política cultural possível, e mesmo numa política artística, diante do atual cenário, acreditamos ser importante fazer uma clara distinção entre cultura e arte. Segundo Coelho, o “fato de ter-se instrumentalizado insistentemente a cultura para fins ditos nobres não anula o esquematismo no qual se engessou a cultura e a arte” (Coelho, 2008, p. 114). Há, assim, um deslocamento, para Coelho, da noção de cultura, como substantivo, como evidência inquestionável, para a condição de adjetivo, devido às dimensões de tendências, diferenças, contrastes e comparações que estão, hoje, contornando essa palavra, à qual

se pode recorrer para falar da diversidade e do cambiante e inventar novos modos de convivência e apossamento da vida na atual realidade do mundo. A dimensão que a palavra “cultura” agora abarca é feita em larga medida de variações, derivações e deslizamentos e não de reafirmações do mesmo e de

---

valores de troca, valores da ordem do capital, mas que atue também na sujeição subjetiva.

entidades estáveis num indivíduo em particular ou em algum grupo em especial (Coelho, 2008, p. 51).

Em outras palavras e considerando nosso entendimento, a cultura se diz de muitas maneiras, mas não se pergunta na origem, não se redefine. Ao propor esse deslocamento, do mesmo modo que se fala em social (adjetivo), Coelho (2008) diz preferir o uso do termo cultural para dimensionar as características relativamente móveis e flutuantes da cultura na sociedade contemporânea. Mudança que, segundo o autor, parece não estar sendo acompanhada com a mesma agilidade pelas ciências, mesmo as ciências “moles” como a Sociologia, ainda presas às mensurações duras como identificar, individualizar, classificar e julgar que estão presentes no modo de avaliar as continuidades de parcerias entre empresas estatais ou privadas e Ongs e associações que mantêm projetos sociais. Porém, critérios que não dão conta de captar os processos e entender as relações que se estabelecem, sobretudo se forem consideradas as segmentaridades moleculares, cotidianas, quase imperceptíveis e operando mutações imprevistas.

A partir dessas considerações, Coelho (2008) nos propõe entender o que separa cultura de arte. E ele faz isso assumindo o risco de incorrer em uma dicotomia, mas importante para gerar as compreensões que virão e poderão, tal como um caleidoscópio, serem misturadas de infinitas outras maneiras. Para isso, o autor parte da perspectiva de entendimento dominante, hoje, de cultura – cultura *estado* –, para só depois, traçar um comparativo com a cultura *ação*, que está na dimensão da vida em suas dinâmicas, mutações, imprevisibilidades.

Sendo assim, cultura é a regra, está na ordem da verdade, da identidade, da essência a ser descoberta e aceita, da norma, do hábito, do social que implica em cuidar do outro num prisma de assistência social, atribui

um lugar ao qual se *con-formar*, estabelece códigos que fazem um elo entre representação e referente, é construção e repetição, tem duração. O *programa* da cultura é *programático*: tem passos, etapas, princípios firmados e resultados desejados. Portanto, segue uma lógica narrativa, totalizante, convergente. Aproxima-se das teorias tradicionais, pois se refere a uma cultura que repete modos já dados, tendo como base de seu processo o treinamento, a preparação para ver o mundo em seus moldes. Preocupa-se em ser útil e comunicativa, portanto sua finalidade é social, de reconfortar, tranquilizar, dar firmeza, reafirmar, trazer estabilidade. Uma política cultural, nestes termos implica em um programa baseado na reprodução, o que a aproxima da ciência.

Já a arte é a exceção, pois coloca em risco –, seja o capital, os códigos de cultura, o social –, é invenção, desconstrução, aleatoriedade, interrompe um processo anterior, rompe com o que existe. O *programa* da arte é *pragmático*: empírico, de passos incertos, tentativos, sem princípios orientadores e receitas, não se sabe se o resultado alcançado é o desejável, nem se é desejável, nem se ocorrerá, é efêmera, fugaz, intensiva. A arte é propositiva, não opera por dialética, mas por justaposições, se mostra em fragmentos, está ancorada apenas em uma experiência que seja singular. É inconclusa, desaprende e desfaz-se do já feito, é divergente, intranquilizadora, questiona crenças, retira os pés do chão, as certezas estéticas e inova ao repelir hábitos e práticas reconhecíveis.

Uma política cultural assim contaminada requer um programa experimental, que assume as possibilidades de que não dá para adotar as mesmas estratégias quando muda o contexto e a situação, por isso é também um programa investigativo, não explicativo, que coloca em jogo a multiplicidade de sentidos. Trata-se de uma política cultural pensada como mosaico, em que as peças não se encaixa com perfeição, havendo frestas, operando em

torno de lacunas e interrupções, formando partes que se conjugam, porém sem a necessidade da idéia de um todo. Tal com um caleidoscópio, aquelas peças poderão ser trocadas por outras ou formar outras configurações, dependendo das ordenações intensivas produzidas pelo encontro e mistura de corpos. A arte é inútil, não serve para nada, não tem finalidade, não é necessidade. Arte é desejo<sup>2</sup>. E não há como educar um desejo, pois isso seria aprimorar o cidadão, dotado de direitos, ou produzi-lo, dando-lhe uma finalidade.

Portanto, a arte lança infinitos desafios à cultura, tal como ela vem sendo entendida hegemonicamente. Teixeira Coelho argumenta que o programa para a arte é horizontal, pois “entra-se nela por vários pontos que não são, uns, mais obrigatórios que outros” (Coelho, 2008, p. 145). Talvez, acreditamos, resida aí parte das dificuldades metodológicas para o desenvolvimento de indicadores para a cultura, constatadas por Yúdice (2004). Embora o autor entenda que essa forma de desenvolvimento econômico tenha como meta gerenciar a compra e venda de experiências.

Para Coelho, na política cultural há um delicado jogo entre cultura e arte:

O que se sabe de concreto é que todos os regimes totalitários, leigos ou religiosos, insistem na cultura e temem a arte. É uma pista [...] A quase totalidade das políticas culturais é de natureza sociológica: firma-se em valores como democratização de acesso, quantidade de pessoas atendidas, origem social do

---

<sup>2</sup> Desejo, para Guattari, é constituído de “todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores” (Guattari; Rolnik 2005, p. 261). Portanto, é sempre modo de construção e produção de algo. Um fluxo a ser disciplinado, conforme a concepção dominante de ordem social.



criador e do público, finalidade social do programa etc. Um programa cultural (uma política cultural) de natureza estética não é uma impossibilidade – mas é certamente um incômodo, por romper idéias feitas sobre cultura e arte (ou idéias sobre cultura e arte firmadas ao longo dos séculos 19 e em parte do 20 mas que nem por isso se transformam em universais e eternas) e por incluir a operação com conceitos como o de privilégio, demasiadamente perturbador... (Coelho, 2008, p. 107-148).

A compreensão de cultura *ação* como experimentação, como algo vivo, móvel, flutuante, ambíguo, contraditório, paradoxal, parece, para Coelho, uma perspectiva mais instigante. Ele inclusive lança a noção de *ação cultural* como “a criação das condições para que *as pessoas inventem seus próprios fins*” (Coelho, 2008, p. 22), o que seria desejável para uma política. Se as políticas culturais têm definidos preliminarmente, na maior parte do tempo e para a maior parte dos territórios, sejam eles físicos ou existenciais, os *fins* a serem perseguidos e estruturados, então se volta a idéia de cultura como *estado*. Esse é o desafio que eu acredito ter sido lançado pelo autor: o que pode uma política cultural? E como exercício de saída, ele nos propõe pensar numa política artística. Isso não significa que arte seja objeto de uma política cultural – sendo a educação ou o trabalho social versões deste programa – a ser aplicado na cultura. Se isso acontecer retroagimos à instrumentalização da cultura e à culturalização da arte.

Diferente disso, ao pensarmos em uma política artística, ela será consistente ao mesmo tempo em que se destinar ao amparo do artista e à criação de condições de relação deste com as pessoas, com a cidade, enfim com as dimensões que estiverem envolvidas na ação artística. Trata-se, em nossa percepção, de uma política pública ensaística, fluindo com a vida, potencializando-a e por ela sendo potencializada, ao mesmo tempo. Uma política experimental que implica risco e imprevistos, processos,

atualizações, configurações e reconfigurações e, por isso, aberta ao desconhecido.

Compreendendo a arte como possibilidade de mudar a ordem do pensamento, de pensar o não-pensado, de se questionar na origem, para criar novas saídas, o que Guattari nos faz pensar é que: “quanto mais se tornam complexos os modelos, menos se corre o risco de usar sistemas de referência que esmaguem a sensibilidade ao que se passa” (Guattari; Rolnik, 2005, p. 256).

### **Micropolítica: mutações imperceptíveis**

Para Guattari, se há uma micropolítica a ser praticada, ela consiste em fazer com que os níveis moleculares não caiam sempre nos sistemas de recuperação, de captura e reterritorialização, que neutralizam as ações, reduzem os afetos. Diferente disso, a micropolítica consiste em outras montagens de produção da vida, de produção de arte e desejo, trata de criar um agenciamento que permita processos de singularização, que se apoiem uns nos outros, de modo a intensificar-se. Para o autor, qualquer pessoa que faça um tipo de trabalho pedagógico ou cultural está no cruzamento da política e da micropolítica e, por isso, deve ser interpelada, para não incorrer no jogo da reprodução de modelos que impedem a criação de saídas para os processos de singularização (Guattari; Rolnik, 2005).

Os microprocessos revolucionários provocam mutações na percepção. Trata-se de um conjunto de práticas que mudam um modo de vida, uma ética, uma estética, uma política. Portanto, é da ordem da revolução molecular. E como tal, é processual, produz algo que não existia, nos tira da repetição das mesmas atitudes e significações, trabalha pelo imprevisível, pelas surpresas, impede um retorno ao mesmo ponto, produz uma singularidade na própria existência das coisas, dos pensamentos, das sensibilidades, acarreta modificações sociais, portanto não é permanente e diz respeito à

irreversibilidade de um processo e escreve a história de uma maneira inédita.

A arte como *devir*<sup>3</sup>, como o que está *entre*, o que nos dá passagem, o *intermezzo* (Deleuze; Parnet, 1998), como arte-mundo, age micropoliticamente ao embaralhar os códigos, colocar questões onde o que importa não são as respostas, mas o exercício de formular saídas. Nesse sentido, nossa proposta é fazer um movimento que conecta e justapõe dança, arte e política, para pensar no que estou denominando *micropolítica dançarina*. Uma maneira de perceber que a dança é transversalizada com a criação, com a política.

### **Micropolítica dançarina: outro ritmo à política cultural**

Quando a dança imprime outro ritmo, outras relações entre velocidades e lentidões, promove um corte no fluxo de uma trajetória provável, para abrir os sentidos em uma infinidade de possíveis, nos leva à arte como criação, como forma de pensamento, tal como compreendem Deleuze e Guattari. E ao fazer isso, dão a essa experiência artística consistência, produzindo blocos de sensação que ordenam agregados sensíveis (movimentos, cores, formas, espaço, música) de um modo inusitado e modificador de subjetividades. Essa composição, por sua vez, já está marcando uma política, um agir no mundo que diz de um estilo de vida, de uma ética, de uma estética.

Essa dança que não é finalidade, nem mediação, mas *devir*, passagem, travessia, risco, multiplicidade, produz *dancituras*, modos de compor fluxos com a vida, confluências com os processos cotidianos, que se aproximam à noção de política artística, proposta por

---

<sup>3</sup> *Devir* é o que se dá na relação de um encontro entre forças, *intermezzo*, no meio, a orientar um pensamento sem referência e que invente seu próprio sistema de orientação (Deleuze; Parnet, 1998; Zourabichvili, 2004).

Teixeira Coelho. Daí que a proposta de uma *micropolítica dançarina*, cujos processos são moleculares, cotidianos, vivos, dinâmicos, mutáveis. Não há pretensão de que essa noção sirva como um modelo a guiar uma política cultural.

O desejo é configurar-se como um modo de provocar um pensamento político a respeito da arte que possa produzir coreografias da política cultural, fluxos, confluências, misturas, mutações. Composições tão diversas quanto a multiplicidade de relações de forças a produzir novas sensações, diferentes sensibilidades, novas experiências. Por isso, a *micropolítica dançarina* diz respeito a uma política artística capaz de mergulhar no caos e dele sair para produzir ordenações que modifiquem nossa relação com a vida, contribuindo para um fluir por diferentes universos territoriais, existenciais, referenciais, ampliando as possibilidades de uma experiência que nos dê sentidos, tal como o que se deseja de uma relação com a arte.

Portanto, uma dança, uma arte, uma *micropolítica dançarina*, cuja proposta é atuar como *uma política* em seu jeito de compor com a vida: por experimentação, numa em relação sem centros estabelecidos, a se perguntar na origem o que é, e ensaiar respostas, formular outras perguntas e brincar com as *dancituras* possíveis. Para isso, destaque, de Guattari, algumas questões de ordem molecular a nos fazer pensar modos de compor políticas culturais contaminadas de arte: 1. Essa experiência: - Oferece possibilidades de construção de um novo tipo de luta social? - Em que limites tais possibilidades estão sendo oferecidas? - O que implica ameaça de recuperação (captura, reterritorialização, sobrecodificação)? - Instaura dispositivos que possam articular os processos vivos? 2. Trata-se de um grupo de pessoas que: - Querem mudar a relação com a vida cotidiana? - Querem mudar o tipo de relação que têm entre si na própria equipe? - Desenvolvem uma sensibilidade? - Têm perspectiva ativa

em nível desses agenciamentos? - Não se fecha em guetos? 3.E o desafio lançado pela *micropolítica dançarina*: - Coloca em prática um tipo de processo de subjetivação diferente do capitalístico? - Como agenciar outros modos de produção, de maneira a possibilitar a construção de uma nova sociedade?

As entradas e saídas são inúmeras, inusitadas, imprevisíveis, a estabelecer relações diferenciais e singulares. Afinal, como aponta Kroef:

Os processos singulares são criativos porque eles desordenam as organizações institucionais, cognitivas, pedagógicas e produtivistas, que têm fins e orientações bem definidos e objetivos a serem atingidos na ação educativa e na realização política. Essas desordenações instituem novas ordens que embaralham os códigos, os elementos, as matérias expressivas, percorrem diferentes universos referenciais e inventam modos e corporeidades existenciais incomparáveis. [...] A diferença aparece em relação à diferença, tornando-se, então, incomensurável, já que os critérios comparativos desaparecem. Os processos criativos abandonam as representações. Eles engendram novas composições ordenadas, diferentemente da lógica *capitalística*, gerando uma quebra, uma ruptura, um rasgo, uma interceptação na lógica que funciona pela distribuição das coisas em escalas quantificáveis (Kroef, 2000, p. 69).

Diante dessa possibilidade de análise das relações entre arte, cultura e política cultural, o que nos parece instigante é pensar que uma política requer atualizações, atenção aos microprocessos que se dão no plano cotidiano e que desvinculem as ações culturais e artísticas da idéia de recurso, segundo Yúdice (2004), mas que trabalhe em direção ao desejo de fazer da vida uma obra-de-arte a nos fazer perceber o mundo de modos ainda não-pensados, não-vivenciados, não-dançados.

**Referências bibliográficas**

COELHO, Teixeira, 2008. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, 1997. *O que é filosofia?* 2ª edição Rio de Janeiro: Ed. 34.

GUATTARI, Guattari; ROLNIK, Suely, 2005. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

KROEF, Ada Beatriz Gallicchio, 2008. *Escola como pólo cultural: contornos mutantes em fronteiras fixas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de mestrado).

YÚDICE, George. 2004, *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ZOURABICHVILI, François, 2004. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

**Abstract:** The terms art and culture are presented, with some frequency, as if they were unquestionable evidence. However, as we think a cultural policy without questioning the notions of culture and art involved in programs, projects and policies? This paper presents a possible differentiation between art and culture to ask: what would a cultural policy for the arts? What would be an arts policy? What can a cultural policy? Issues raised from the ideas of George Yúdice and Teixeira Coelho. The goal is to find answers not fixed and immutable but rather to propose what we call *dancer micro politics (micropolítica dançarina)*, from a concept of French philosopher Felix Guattari. **Keywords:** Culture; Art; Dancer Micro Politics

